

A heterogeneidade mostrada não marcada e os usos sociais da expressão "infância roubada"

The unmarked heterogeneity and the social uses of the term "infância roubada"

La heterogeneidad mostrada no marcada y los usos sociales de la expresión "infancia robada"

Jaqueline Aparecida Nogueira¹

RESUMO: O presente estudo apresenta uma investigação sobre o uso da expressão "infância roubada" no livro *Infância Roubada: Crianças Atingidas pela Ditadura Militar*. Esse livro foi produzido no ano de 2014 pela Comissão da Verdade Rubens Paiva (CVRP) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Fundamentamo-nos no conceito de interacionismo dialógico, no conceito de heterogeneidade(s) enunciativa(s) e no conceito de imaginário sociodiscursivo. Nesta pesquisa, tratamos apenas dos casos de heterogeneidade mostrada não marcada. Primeiramente, examinamos o uso da expressão "infância roubada" no título do livro, e em seguida, relacionamos com outros usos similares no meio social. As investigações demonstraram que a infância foi retratada como um objeto determinado por padrões sociais específicos no material analisado. Ademais, o uso dessa expressão movimentou o discurso do igualitarismo, pertencente ao Imaginário da Soberania Popular.

PALAVRAS-CHAVE: Dialogismo. Heterogeneidade. Imaginário sociodiscursivo.

ABSTRACT: This paper presents an investigate on the use of the term "infância roubada" in the book *Infância Roubada: Crianças Atingidas pela Ditadura Militar*. This book was produced in 2014 by the *Comissão da Verdade Rubens Paiva* (CVRP) of the *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo* (ALESP). We base ourselves on the concept of dialogic interactionism, enunciative heterogeneities, and social-discursive imaginary. In the analysis, treat only the cases of unmarked heterogeneity. First, we examine the use of the term "infância roubada" in the title of the book, and then, we related it to other similar

¹ Mestre em letras pela Universidade Federal de São João del Rei; Graduanda na Universidade Federal de Lavras; Servidora no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

uses of the social environment. The investigations demonstrated that childhood was portrayed as an object determined by specific social patterns in the investigated material. Furthermore, the use of this expression moved the discourse of egalitarianism, belonging to the Imaginary of Popular Sovereignty.

KEYWORDS: Dialogism. Heterogeneity. Social-discursive imaginary.

RESUMEN: El estudio presenta una investigación sobre el uso de la expresión "infancia robada" en el libro *Infancia Robada: Niños Afectados por la Dictadura Militar*. Ese libro fue producido en 2014 por la Comisión de la Verdad Rubens Paiva (CVRP) de la *Asamblea Legislativa del Estado de São Paulo* (ALESP). Fundamentémonos en el concepto de interaccionismo dialógico, en el concepto de heterogeneidad(es) enunciativa(s) y en el concepto de imaginario sociodiscursivo. En esta investigación, tratamos sólo de los casos de heterogeneidad mostrada no marcada. Inicialmente, examinamos el uso de la expresión "infancia robada" en el título del libro y, en seguida, relacionamos con otros usos similares en el medio social. Las investigaciones demostraron que la infancia fue retratada como un objeto determinada por normas sociales específicas en el material analizado. Además, el uso de esa expresión movió el discurso del igualitarismo, perteneciente al Imaginario de la Soberanía Popular.

PALABRAS CLAVE: Dialogismo. Heterogeneidad. Imaginario sociodiscursivo.

Introdução

Muntreal Filho (2005) compara o discurso proferido pelo presidente João Goulart, em 13 de março de 1964, a um míssil que tinha como alvo a oposição política da época. O autor alega que os ecos das propostas reformistas do presidente chegaram até mesmos aos ouvidos norte-americanos. As propostas de "Jango" pretendiam concretizar medidas que atingiriam diversos segmentos do país, a exemplo do setor universitário, industrial (com a nacionalização das refinarias) e do espaço agrário (terras improdutivas às margens das rodovias). Tais propostas reformistas, desagradaram principalmente a elite do país. Todavia, inflamaram trabalhadores, estudantes e alguns setores das Forças Armadas: "A massa parecia compreender em um único momento o seu papel transformador da história no Brasil". (MUNTREAL FILHO, 2005, p. 20).

Para além, o Brasil enfrentava uma crise devido à renúncia de Jânio Quadros, fato que lhe impunha um estado de vulnerabilidade tanto no cenário nacional, quanto no internacional. "A política real é constituída muitas vezes de percepções, as certezas são extremamente rarefeitas". (MUNTREAL FILHO, 2005, p.16). Na concepção do autor, o golpe de 64 foi influenciado por percepções que se tornaram certezas, ou seja, havia rumores de que o presidente João Goulart lançaria um golpe, pois, hipoteticamente, o mesmo havia demonstrado hesitação em relação ao compromisso de promover eleições presidenciais no ano seguinte. O autor explica que os planos de transferência de capital da periferia para o centro da economia capitalista ocasionaram uma resposta violenta das elites brasileiras.

Neste contexto, em abril do ano de 1964, o Brasil ingressou em uma ditadura militar que perdurou até o ano de 1985. Em um período de mais de 20 anos, graves crimes contra os direitos humanos foram protagonizados por integrantes e apoiadores do regime militar contra milhares de cidadãos brasileiros. Dentre as principais ações concretizadas pelo regime defronte a população civil, podemos citar perseguições político-partidárias, sequestros, torturas, estupros, prisões, como relatado no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014).

Conforme Pereira (2010), embora seja comum em todo o mundo a instauração de comissões da verdade com a finalidade de apurar os crimes cometidos por regimes autoritários imediatamente após o seu término, no Brasil essa ação foi concretizada com quase cinquenta anos de atraso em relação a outros países latinoamericanos, como o Chile e a Argentina, por exemplo. Nas palavras do autor, "O governo parecia ter medo de dar publicidade a essa modesta e atrasada resposta à violação dos direitos humanos cometida no passado". (PEREIRA, 2010, p. 242).

A instalação de uma comissão da verdade no Brasil foi concretizada a partir da Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, no segundo mandato da presidenta

Dilma Rousseff. Para auxiliar nos trabalhos dessa comissão, outras comissões regionais e setoriais foram instituídas legalmente, dentre as quais, figura a CVRP da ALESP. Os trabalhos investigativos promovidos pela CVRP foram concretizados através de pesquisas documentais, audiências, cooperações, perícias e diligências. No artigo primeiro da Resolução ALESP nº 879 de 10 de fevereiro de 2012, a criação, a finalidade e os liames concernentes às atividades da CVRP foram explicitados:

Artigo 1º - Fica criada, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, com a finalidade de efetivar, em colaboração com a Comissão Nacional da Verdade, o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado de Direito Democrático, em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no território do Estado de São Paulo ou praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, no período de 1964 até 1982, no território do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2012).

Nestes moldes, a CVRP colheu e publicou em um livro os testemunhos de adultos, que no período pueril tiveram os pais perseguidos, assassinados ou sequestrados pela ditadura militar no Brasil. Muitas dessas crianças foram vítimas diretas da violência do regime, exiladas para outros países e excluídas socialmente no Brasil. O conteúdo do livro foi reproduzido em trezentas e dezesseis páginas, sendo constituído por quarenta e quatro testemunhos dos filhos de militantes, vinte testemunhos de militantes e materiais documentais diversos. A temática tratada por meio desse material foi explicitada de antemão ao leitor pelas palavras escritas pelo deputado Adriano Diogo na Introdução: "Os depoimentos foram marcados por lembranças da prisão, do exílio, do desamparo, de questionamentos em relação às suas identidades, de medo, insegurança, isolamento, solidão e vazio que, em muitos casos, são traumas não superados". (SÃO PAULO, 2014, p.11).

Ao observar os dizeres do título do livro em questão, balizados pela noção dialógica bakhtiniana, constatamos uma diversidade de usos similares em espaços

discursivos diversos do cenário sócio-histórico. Destarte, a enunciação pode ser vislumbrada como um elo de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta. "Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc)". (BAKHTIN, 2009, p. 128, *italico do autor*). Na perspectiva de Bakhtin (2009), o ato de fala sob a forma de livro, em especial, é sempre orientado em função de intervenções anteriores:

Além disso, o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores da mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc (BAKHTIN, 2009, p. 128).

Como critérios de análise, selecionamos as formas mostradas da heterogeneidade enunciativa não marcada. Especificadamente, propomos uma reflexão sobre esse tipo de presença do outro, aliando as formulações de Authier-Revuz (2004) às recomendações de Charaudeau; Maingueneau (2012). Por último, para relacionarmos os discursos movimentados através da representação do discurso outro na obra ao meio sócio-histórico, empregamos a noção de imaginário sociodiscursivo de Charaudeau (2013).

A noção dialógica de Bakhtin

Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895 -1975) consagrou junto a outros autores, como Valentin Volochínov e Pavel Medviédiev, integrantes do chamado Círculo de Bakhtin², uma gama de trabalhos de grande importância para os estudos da

² Segundo Maria Yaguello, na apresentação à edição brasileira de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2009), durante o seu percurso profissional, Bakhtin integrou um círculo de estudos

linguagem. Dentre tais empreendimentos acadêmicos, destacamos a noção dialógica. Beth Brait (1994) considera o dialogismo como um conceito central que permeia o conjunto das obras desse produtivo teórico. Decerto, podemos constatar em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que a noção de diálogo tratada por Bakhtin não se detém a situações estritas de diálogo face a face, pois o autor a considera como o princípio constitutivo de toda a comunicação verbal:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra "diálogo" num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN, 2009, p.127).

Bakhtin (2015) dedicou um capítulo em especial para o estudo do discurso, intitulado *O Discurso em Dostoiévski*. Nesses escritos, o autor destacou a criação de uma disciplina, a qual seria incumbida do estudo específico das relações dialógicas, a chamada translinguística ou metalinguística. Essa disciplina seria ideal para o estudo de aspectos do discurso, os quais ultrapassam os limites da linguística, porém, sem se desvincular dos seus resultados. Assim, a metalinguística e a linguística se complementariam.

Fiorin (2010, p. 34) pondera algumas considerações a respeito do funcionamento de uma análise translinguística: em sua perspectiva seria necessário "analisar as significações do texto, para, a partir daí, examinar as relações com o que está de fora dele". (FIORIN, 2010, p. 34). Nesse sentido, o autor explicita que um discurso não se constrói sobre a realidade, mas sobre outros discursos, haja vista que a nossa relação com a realidade é mediada pela linguagem.

articulador de ideias bastante inovadoras em sua época, o chamado "Círculo de Bakhtin", aproximadamente entre os anos de 1918 e 1929.

Evidenciamos que Bakhtin (2015) privilegia o estudo do enunciado concreto em uso. Assim, as relações dialógicas são possíveis apenas se estiverem representando as posições de diferentes sujeitos. Todavia, o enfoque dialógico também pode ser atribuído a partes significantes do enunciado, como a uma palavra isolada, por exemplo, desde que ela seja interpretada como um signo da posição semântica de um outro. Além da palavra isolada, Bakhtin (2015) enumera outros elementos aos quais é possível atribuir o enfoque dialógico, como os estilos de linguagem, os dialetos sociais e as imagens de outras artes. Nesse mote, as relações dialógicas são consideradas pelo autor, como fenômenos extralinguísticos inseparáveis do campo do discurso. Em seus dizeres:

Para se tornarem dialógicas, as relações lógicas e concreto semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, devem passar a outro campo de existência, devem, tornar-se enunciado, e ganhar *autor*, criador de dado enunciado cuja a posição ela expressa (BAKHTIN, 2015, p.210, itálico do autor).

Zoppi-Fontana (2005) defende que o conceito dialógico bakhtiniano se sustenta na "noção de *vozes* que se enfrentam em um mesmo enunciado e que representam os diferentes elementos históricos, sociais e linguísticos que atravessam a enunciação". (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 111, itálico da autora). Deste modo, para a autora, tais vozes sociais manifestam consciências valorativas que compreendem ativamente os enunciados.

Com base no choque instaurado entre as diferentes vozes subjetivas em pleno diálogo, é possível adentrarmos a questão da polifonia. Bezerra (2012) contrapõe a categoria monológica à polifônica, com base nos estudos bakhtinianos da prosa romanesca. Com vistas ao romance, o autor destaca que enquanto no modelo monológico o outro não concebe uma consciência autônoma e responsiva, no dialógico convivem uma multiplicidade de vozes e consciências independentes. Assim, a polifonia se caracteriza como forma suprema do dialogismo, equivalente à

libertação do indivíduo na representação literária, pois cada personagem convive em pé de igualdade com o autor como um sujeito independente.

De um ângulo similar, Barros (2005) evidencia o ocultamento do dialogismo discursivo por meio da explicitação da relação entre dialogismo e polifonia. Na visão da autora, o dialogismo é reservado para designar o princípio constitutivo da linguagem e do discurso e a polifonia é empregada para caracterizar o texto em que o dialogismo se deixa ver, "[...] aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, que escondem os diálogos que o constituem". (BARROS, 2005, p 34).

Em suma, ancorados pela lógica dialógica, vislumbramos o texto como uma trama construída a partir de muitas vozes interrelacionadas, haja vista que a língua realiza-se por meio de um ininterrupto atravessamento discursivo. Decerto, a linguagem se concretiza a partir de relações, visto que "[...] qualquer desempenho verbal é constituído numa relação, numa alternância de vozes". (MARCHEZAN, 2010, p. 117). Ora, o discurso se marca pela presença de várias vozes, as quais podem se explícitas ou não, fato que não exclui de modo algum as suas presenças.

Nesse sentido, a compreensão dos sujeitos ocorre de maneira responsável-responsiva. Para Bakhtin, o sujeito é responsável de si e responsivo do outro, pois o locutor responde a algo e ao mesmo tempo prevê um outro em seu dizer. Adail Sobral (2012) destaca que a noção subjetiva bakhtiniana é concebida de "eu-para-si, condição de formação da identidade subjetiva e em um eu-para-o-outro, condição de inserção dessa identidade no plano relacional responsável/responsivo, que lhe dá sentido". (SOBRAL, 2012, p. 22).

Para além, destacamos que a palavra possui uma historicidade, pois o sujeito não é fonte primária do que diz. As palavras são habitadas e carregadas de sentidos provenientes dos discursos por onde viveu. Logo, no espaço interdiscursivo, todo discurso é atravessado por outros. Nesse mote, refletimos nesse trabalho a respeito das relações do uso da expressão "infância roubada" no

título com outros usos materializados no cenário socio-histórico. Aventamos que esses usos similares movimentam uma rede de discursos que podem caracterizar construções de sentido comuns, caracterizando a heterogeneidade enunciativa marcada não mostrada.

A heterogeneidade (s) enunciativa (s)

Balizada pelo dialogismo bakhtiniano e por estudos lacanianos, Authier-Revuz (2004) ocupou-se do estudo das heterogeneidades enunciativas, considerando que todo discurso é atravessado pela presença do outro/Outro. Tais presenças dizem respeito a uma condição necessária da linguagem e também à maneira como o sujeito negocia a sua posição no discurso frente a essa condição necessária. Assim, a autora elabora as noções de heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada ou sugerida.

Observamos nos escritos da autora, que a partir da teoria laciana, o Outro (iniciado em letra maiúscula) refere-se ao elemento do inconsciente e o outro (grafado em letra minúscula) refere-se ao outro a quem nos dirigimos em relação de alteridade. Deste modo, reconhecemos a presença do Outro como a manifestação do inconsciente nos processos de linguagem e a presença do outro como um fenômeno social, considerando que o sujeito se constitui através das palavras dos outros (outros sujeitos, outros discursos, outras vozes). Todavia, nestes escritos, não adentramos às questões de auto representação empreendidas por Authier-Revuz (1990) em seus estudos sobre as não-coincidências do dizer, nos quais os atravessamentos do inconsciente são focalizados. O nosso interesse é refletir sobre a heterogeneidade enunciativa mostrada não marcada, considerando o atravessamento do outro como um fenômeno social.

A noção de heterogeneidade constitutiva se relaciona intimamente ao dialogismo bakhtiniano, pois se trata de um tipo de presença do outro que não

pode ser recuperada por índices explícitos no fio discursivo. Ora, pode ser vista como uma condição incontornável do discurso. Brandão (2012) atesta que a noção de heterogeneidade constitutiva defendida por Authier-Revuz é responsável pela ancoragem das outras formas de heterogeneidade, as quais são marcadas linguisticamente. De outro modo, na perspectiva da autora, a heterogeneidade mostrada pode ser compreendida como um modo de negociação do sujeito com o outro sempre presente em seu dizer:

Minha hipótese é a seguinte: a heterogeneidade mostrada não é um espelho, no discurso, da heterogeneidade constitutiva do discurso; ela também é "independente": ela corresponde a uma forma de *negociação* – necessária – do sujeito falante com essa heterogeneidade constitutiva – *inelutável mas que lhe é necessário desconhecer*; assim, a forma "normal" dessa negociação se assemelha ao mecanismo de *denegação* (AUTHIER-REVUZ, p.70-72, 2004, itálico da autora).

Na medida em que o um marca o outro no fio discursivo, termina por demarcar os limites de seu próprio dizer. Desta maneira, o sujeito atesta que o não-um não está em toda parte, mas apenas onde foi localizado linguisticamente.

Neste mote, Authier-Revuz (2004) afirma que as formas da heterogeneidade mostrada são perceptíveis no fio do discurso através de formas linguísticas por meio das quais um locutor único inscreve materialmente o outro na linearidade do seu discurso, desdobrando-se em formas sintáticas marcadas e não marcadas. No primeiro caso, relativo às formas marcadas, o locutor pode atuar por meio do discurso direto, indireto, e também pelas formas da conotação autonímica. Enquanto no segundo caso, relativo as formas não marcadas da heterogeneidade mostrada, o locutor pode atuar por meio de sugestões materializadas pela alusão, ironia, antífrase, imitação, reminiscência, pelo discurso indireto livre e pelo estereótipo.

Para Brandão, as formas da heterogeneidade não marcadas são mais complexas, uma vez que a presença do outro não é explicitada por marcas

unívocas na frase. Em seus dizeres, nesta forma de presença do outro, "não há uma fronteira linguística nítida entre a fala do locutor e a do outro, as vozes se imiscuem nos limites de uma única construção linguística". (BRANDÃO, 2012, p. 61). Assim, a presença do outro é recuperável a partir de índices no discurso em função de seu exterior.

Análise da expressão "infância roubada"

Na medida em que não identificamos a presença marcada do outro no fio discursivo do título principal da obra, *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, realizamos uma reflexão instaurada a partir do confronto de seus dizeres com outros usos realizados no meio sócio-histórico. Assim, considerando um tipo de heterogeneidade mostrada não marcada, realizamos um estudo da historicidade de suas expressões. Essa reflexão parte do princípio bakhtiniano de que nenhum discurso constitui uma fonte primária, pois toda palavra traz consigo uma historicidade advinda dos discursos em que viveu. "O sentido de um texto não está, pois, jamais pronto, uma vez que ele se produz nas situações dialógicas ilimitadas que constituem suas leituras possíveis: pensa-se, evidentemente, na 'leitura plural'". (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 26).

Decerto, a expressão "infância roubada" já foi empregada no meio sócio-histórico do Brasil, em espaços discursivos diversos. A partir desses empregos, vislumbramos uma certa estabilidade nos usos observados, bem como nos efeitos de sentido e discursos movimentados em tais usos, caracterizando a imitação. Como evidenciado anteriormente, a análise empreendida se apoia na perspectiva de Charaudeau e Maingueneau, para os quais a heterogeneidade mostrada não marcada pode ser identificada pelo coenunciador "combinando em proporções variáveis a seleção de índices textuais ou paratextuais diversos e a ativação de sua cultura pessoal". (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 261).



Figura 1 – Título da obra
Fonte: São Paulo, 2014.

Observamos que o título da obra foi grafado por meio de uma fonte serifada, semelhante àquelas comumente utilizadas em antigas máquinas de escrever. Esse tipo de fonte foi utilizada também em diversos títulos dos testemunhos, nos quais os caracteres estão aparentemente borrados por excesso de tinta, como os da palavra “roubada” no título. Tal efeito caracteriza uma imperfeição que não condiz com os meios gráficos atuais, os quais possuem alta tecnologia. Logo, consideramos que esse estilo da fonte alude ao passado, tempo em que os fatos narrados ocorreram; alude também à prática jornalística, que se relaciona com o tipo do ato investigativo propulsor da efetivação da obra, a qual foi construída por meio de testemunhos.

Refletindo acerca de sua historicidade, observamos que nas situações sociais em que foi empregada (conforme exposto a seguir), a expressão “infância roubada” apontou para situações de abuso e de violência contra crianças e adolescentes, como o trabalho infantil, o abuso sexual, entre outras. Citamos algumas obras disponíveis no mercado editorial brasileiro, as quais reproduzem tal expressão como título, e os temas por elas abordados:

Título	Tema abordado

<i>Infância Roubada, A exploração do trabalho infantil! (2000)</i> – Autoria: Telma Guimarães Julio Emilio Braz	O trabalho infantil.
<i>Infância Roubada (2014)</i> – Autoria: Josephine Cox	Violência doméstica.
<i>Uma infância roubada (2012)</i> – Autoria: Johnson, Mark	Vício de drogas.

Quadro 1- Usos da expressão Infância Roubada

Outras utilizações da expressão em questão podem ser localizadas em jornais virtuais e em *sites* diversos. Citamos como exemplo, o artigo de Eliane Brum no *site* Dom Total³, intitulado *A infância roubada em hospícios*, o qual aborda o confinamento de crianças em hospitais psiquiátricos. Tratando-se do mercado cinematográfico, mencionamos ainda o filme da África do Sul e da Inglaterra, *Tsotsi*, que foi lançado no Brasil em 2007 sob o título *Infância Roubada*. O drama, que conta a história de um jovem delinquente da África do Sul, foi baseado na novela de Athol Fulgard, publicada no Brasil na década de 1980.

Considerando os exemplos acima, observamos que os efeitos de sentido construídos pela expressão "infância roubada", nos usos sociais citados, mantiveram uma tendência em relacionar a ocorrência de situações adversas na fase infantil à perda da infância. Essa similaridade nos leva a questionar um ponto comum suscitado em seus usos: "Qual seria esta infância estereotipada, a qual pode ser roubada perante situações de abuso?"

Sobre as dificuldades de inserção social, observamos que muitos testemunhantes relataram que se sentiam diferentes em relação às outras crianças da época. Em muitos casos, chegaram a sofrer preconceito e violência no contexto escolar por esse motivo. A dificuldade de inserção social se estende ainda à vida adulta, como podemos observar no testemunho de Darcy Andozia sobre o seu filho Carlos Alexandre de Azevedo, intitulado *Ele lutou muito para conseguir se inserir na sociedade, mas não conseguiu*. Nos testemunhos *Até hoje sou uma pessoa*

³ Disponível em: <<http://www.domtotal.com/noticias/detalhes.php?notId=731883>> Acesso em 15 nov. 2015.

completamente sem identidade e *Los niños nacen para ser felices*, também foram relatadas dificuldades de inserção social geradas por mudanças para outros países, locais de exílio dos filhos de militantes. Este tema também foi associado a situações de isolamento e distanciamento da família, como podemos verificar no testemunho *Duas pátrias, duas mães*, no qual Ñasaindy Barret de Araújo contou que durante a adolescência ficava isolada e se sentia como uma "extraterrestre".

Muitos dos filhos de militantes relataram que durante a infância realizaram atividades geralmente atribuídas a pessoas adultas no contexto familiar, o que ocasionaria um amadurecimento precoce. Janaina de Almeida Teles contou que, durante essa fase, ajudava a cuidar dos primos e a preparar as refeições em *Dói gostar dos outros*. A testemunhante afirmou também que teve distúrbios hormonais na infância que se prolongaram até a fase adulta. No testemunho *O novo arrimo de família*, Jaime Martinelli Sobrinho contou que, após a prisão do pai, passou a ser a base da sua família, controlando inclusive a situação financeira.

Observamos em muitos relatos que o preconceito político-social também ocorreu no ambiente escolar. No testemunho *Que um dia ninguém mais pense assim* Dora Augusta Rodrigues Mukudai relatou que na volta para o Brasil, após o exílio, ela e o irmão tiveram dificuldades para ingressar em uma escola: "era tudo muito recente, as pessoas tinham medo de envolvimento com pessoas perigosas; e também porque o Ministério da Educação demorou para validar os estudos que fizemos em Cuba". (SÃO PAULO, 2014, p. 122). Em *Ainda hoje não se dão conta do que significou a luta para reaver meu filho*, Lenira Machado narrou que Aritanã Machado Dantas era conhecido no contexto escolar como filho de terrorista. Igualmente, Darcy Andozia afirmou no testemunho *Ele lutou muito para poder conseguir se inserir na sociedade, mas não conseguiu* que o filho Carlos Alexandre de Azevedo sofreu agressões físicas na escola.

Aventamos que, perante o roubo proposto pela expressão, surge o delineamento de uma infância estereotipada, pré-definida socialmente. Refletindo

acerca da construção textual, encontramos um indício dessa hipótese no título (Figura 01), o qual retratou a infância como um objeto material, de um lado, e o agente que foi responsabilizado pelo roubo, de outro.

Expandindo nossas reflexões ao contexto sócio-histórico, identificamos a existência de leis específicas que zelam pelos direitos das crianças e dos adolescentes. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, delibera os direitos assegurados às crianças e aos adolescentes no Brasil. Em seu artigo 5º, defende que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais". Assim, atrelada ao discurso legal, a infância obtém um estatuto objetivo com base na lei e passa a ser mensurada como um direito do cidadão brasileiro.

A respeito dessa balizagem legal relacionada ao título principal, averiguamos, com base em Charaudeau (2013), tratar-se do discurso do igualitarismo. Segundo o autor, esse discurso está inscrito no Imaginário da Soberania Popular, o qual é firmado por discursos que privilegiam a vontade do povo enquanto um grupo. De acordo com os ditos do autor, "Esse imaginário é sustentado pelos discursos que se referem a um mundo atual ou em construção, onde o povo reina como responsável por seu 'bem-estar'". (CHARAUDEAU, 2013, p. 227).

Tratando-se do ponto de vista da igualdade cidadã, o discurso do igualitarismo tende à abolição das diferenças de tratamento entre os membros de um grupo determinado, pois defende uma sociedade fundada na justiça absoluta. Assim, o título figura como uma reivindicação dos filhos de ex-militantes por um direito destinado as crianças em geral, o qual é calcado nas bases legais do país, a exemplo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, citada anteriormente.

O fio condutor da compreensão do título, a partir do diálogo com o discurso do igualitarismo, foi recuperado por meio da comparação entre os usos sociais da expressão e a forma com que os títulos retrataram a infância, ou seja, como um direito e não como uma fase da vida que pode variar de indivíduo para indivíduo. Logo, compreendemos que a consideração do que seria a infância, nos termos da obra analisada, depende de um determinado tratamento social destinado a criança. Assim, podemos inferir que a posse da infância só é considerada plena se enquadrada dentro de parâmetros preestabelecidos socialmente.

Apresentamos alguns excertos, os quais representam uma amostra, composta pelos testemunhos de Edson Luis de Almeida Teles e Janaina Teles, por meio da qual podemos ilustrar algumas das formas como a infância foi retratada na obra:

Agora, convidada a escrever esse testemunho, fico refletindo sobre o que eu não falo a esses olhares curiosos, sobre a constante insegurança, sobre as tristezas, sobre as dificuldades. *Penso em como meus pais lutaram pra me dar uma vida estável e buscaram que eu fosse apenas "uma menina normal". Mas quem pode ser normal quando a polícia entra na sua casa pra espancar seu pai? Ou quando vive a invasão militar de Volta Redonda (já em 1989) e seus pais vêm até você para se despedirem, com o sentimento de que serão assassinados? Ou quando sua família está separada em várias partes do mundo porque foi obrigada a se exilar? Ou quando seu avô é obrigado a viver escondido para evitar ser deportado? Ou quando seus amiguinhos da escola são proibidos de falar com você porque seus pais acham que você é representante das "forças do mal"?* (SÃO PAULO, 2014, p. 153, itálico nosso).

Era uma infância que todos tentavam tornar *mais ou menos normal*, mas certamente era rodeada de muito medo e tensão (SÃO PAULO, 2014, p. 263, itálico nosso).

E minha mãe se casou com o Alípio Freire. Fomos morar numa casa no Alto da Lapa. *Comecei ali a ter uma vida normal, uma infância muito mais gostosa, brincando com amigos na rua.* Os pais do Alípio também foram muito importantes, assim como a chegada de minha irmã Mariana, quando eu tinha 9 anos (SÃO PAULO, 2014, p. 205, itálico nosso).

Nos trechos sublinhados, observamos um consenso acerca da existência de uma infância que seria considerada "normal" dentro dos padrões sociais de uma época.

Conclusão

Com a análise da historicidade discursiva enraizada ao título do livro, efetivada por meio de sua comparação com outros títulos similares, caracterizamos o uso da expressão "infância roubada" como a manifestação de um caso de heterogeneidade mostrada não marcada. Essa análise possibilitou o vislumbre da materialização dos horizontes ideológicos da linguagem em uso no momento sócio-histórico atual. Verificamos ainda, nos usos da expressão focalizada, uma tendência em atrelar problemas na fase infantil à perda da infância, sugerindo a existência de uma infância plena, enquadrada nos padrões sociais de uma época. Por outro lado, a reflexão acerca da relação responsiva firmada entre o enunciador e o coenunciador (leitor) apontou um diálogo instaurado por meio do discurso do igualitarismo, inscrito no Imaginário da Soberania Popular. Tal diálogo possibilitou a concretização de uma relação de proximidade com o leitor, pois o direito à infância também lhe é inerente como cidadão.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 257 p.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. 200 p.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. 203 p.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. 341 p.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 25-36.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth. (org.). *Bakhtin: conceitos chave*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p.191-200.

BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 11-27.

BRANDÃO, Helena Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. 117 p.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 30 de junho de 2016.

_____. Casa Civil da Presidência da República. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm> Acesso em: 30 de junho de 2016.

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da CNV: Volume I*. Brasília, 2014. Disponível em: < <http://www.cnv.gov.br/>> Acesso em: 30 de junho de 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 328 p.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 555 p.

FIORIN, José Luiz. Categorias de Análise em Bakhtin. In: PAULA, Luciene de; STAFUZZA, Grenissa. (orgs.). *Círculo de Bakhtin: Diálogos in possíveis*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p.33-48.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogos. In: BRAIT, Beth. (org.). *Bakhtin: outros conceitos chave*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p.115-131.

MUNTREAL FILHO, Oswaldo. Certezas e percepções da política em 1964. In: *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. FREIXO, Adriano de; MUNTREAL FILHO, Oswaldo. (orgs.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p.15-32.

PEREIRA, Anthony Washington. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 336 p.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Resolução ALESP Nº 879, de 10 de fevereiro de 2012*. São Paulo, 2012.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. *Infância Roubada Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth. (org.). *Bakhtin: conceitos chave*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p.11-36.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. O Outro da personagem. In: BRAIT, Beth. (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 108-118.